

# **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza no Brasil.**

Alexander Gori, Eugenia Troncoso y Paulo Baltar.

Cita:

Alexander Gori, Eugenia Troncoso y Paulo Baltar (2007). *Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/708>

## **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza no Brasil\***

Eugênia Troncoso Leone\*  
Alexandre Gori Maia\*\*  
Paulo Baltar\*\*\*

Os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras. A privação do acesso a um emprego digno e seguro é um fator determinante da pobreza e das desigualdades sociais que se reproduzem ao longo do tempo. A escassez de oportunidades de emprego, bem como o aumento da precariedade dos empregos existentes gera nos trabalhadores sentimentos “de risco, insegurança e desproteção”, que se manifestam também nas relações familiares (CEPAL, 2000).

Na sua análise do mercado de trabalho do conjunto dos países da América Latina, o relatório da CEPAL destaca a crescente parcela de ocupações no mercado de trabalho informal, o aumento de contratos por tempo determinado entre os assalariados, as elevadas taxas de desemprego, a flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.) e a falta de direitos à seguridade social. Chama a atenção também, para a inconstância da renda com as alternâncias de situações de emprego, desemprego e inatividade, ainda que sejam por pouco tempo, provocando constantes contrariedades e incertezas. Essas situações de desvantagens somadas a outras, tais como a ausência ou inadequada proteção aos idosos, as dificuldades no acesso à saúde, aposentadoria e educação e o enfraquecimento das organizações sindicais, conformam um quadro de crescente vulnerabilidade social para os trabalhadores que impedem qualquer forma de ascensão social. A CEPAL sustenta que essa vulnerabilidade constituiu um traço característico do padrão de desenvolvimento vigente nos países de América Latina durante os anos 90 (CEPAL, 2000).

---

\* Trabalho apresentado no “XXVI Congreso de ALAS”, realizado em Guadalajara, México de 13 a 18 de Agosto de 2007.

\* Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit)

\*\* Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

\*\*\* Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

No Brasil, a progressiva desestruturação do mercado de trabalho manifesta a partir dos anos 80, foi marcada pelo desassalariamento de parcela crescente da PEA e pelo aumento do desemprego e do trabalho informal precário (Pochmann, 1998). Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que somente 34% da população economicamente ativa do país tinha emprego protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público em 2005. Por sua vez, a Relação Anual Informações Sociais (RAIS), informa que somente 53% das pessoas com emprego formalizado têm mais do que dois anos de tempo no serviço. Ou seja, o emprego formal com pelo menos dois anos de tempo no serviço corresponde a somente 18% da população economicamente ativa do país.

Diante dessa situação de precariedade do mercado de trabalho, as famílias, como estratégia de sobrevivência, incorporam outros membros que aportem rendimentos adicionais na renda familiar. Diante da dificuldade de manter os aportes dos tradicionais provedores, surgem no interior das famílias novas estratégias de inserção no mercado de trabalho de seus membros em idade ativa e a forma mais freqüente vem sendo o aumento de participação das mulheres, notadamente da cônjuge/mãe quando não da chefe de família, que passaram a ter um papel de destaque na composição dos rendimentos familiares (Arriagada, 2006; Montali, 2006; Leone, 2000). Mas é importante salientar que os diversos membros da família são afetados de forma diferenciada pelos novos padrões de inserção no mercado de trabalho, conforme as suas características de idade, sexo e escolaridade, bem como do tipo de configuração de suas respectivas famílias, podendo ficar, mais ou menos, vulneráveis a situações de empobrecimento (Montali, 2006).

Outro aspecto importante a destacar é que a crescente participação da mulher no orçamento familiar tem modificado os papéis atribuídos a homens e mulheres no interior das famílias. Os homens cada vez mais perdem a característica de serem os únicos provedores do sustento da família e as mulheres passam a ser cada vez mais aceitas como coprovedoras. O novo papel da mulher na família tem implicações importantes para as relações de gênero, no sentido de uma maior autonomia das mulheres, num contexto de busca de relações sociais baseadas nos direitos das pessoas e em opções mais igualitárias de convivência (Arriagada, 2006).

As diversas formas de adaptação às mudanças econômicas aliadas a outros processos sociais, demográficos e culturais afetaram o funcionamento e a estrutura das famílias. Desde meados da década de 1960, as famílias têm-se tornado cada vez mais

complexas distanciando-se de padrões tradicionais: aumentam as coabitações (em detrimento dos casamentos), aumentam as separações e as novas uniões. Surgem novos personagens no âmbito da família (padrasto, madrasta, meio-irmão). As mulheres retardam o nascimento do primeiro filho e espaçam mais os nascimentos dos filhos, fazendo cair as taxas de fecundidade. O número de filhos por mulher em idade reprodutiva cai. A composição das configurações familiares se modifica, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais (principalmente as chefiadas por mulheres) e diminui o tipo de família mais tradicional, aquele constituído pelo casal e os filhos.

O aporte de outros membros à renda da família pode estabelecer diferenças importantes entre as famílias conforme seu nível socioeconômico. O aporte econômico das mulheres que trabalham fora do lar tem contribuído para evitar situações de extrema pobreza (Leone, 2000; Arriagada, 2006). As famílias com mais de um provedor correspondem, na sua maioria, a aquelas famílias constituídas pelo casal e seus filhos (Leone, Maia e Baltar, 2007, Arriagada, 2006).

A queda da fecundidade e as mudanças nos arranjos familiares provocaram aumento na proporção de pessoas idosas nas famílias. A constituição de 1988 criou um sistema de proteção social que beneficiou principalmente os idosos. A proteção social ao idoso também contribuiu para suavizar os efeitos das mudanças na economia sobre a renda das famílias.

Nesse contexto, o objetivo central deste ensaio é analisar o impacto das mudanças ocorridas nas estruturas familiares sobre a distribuição de rendimentos e a redução da pobreza no Brasil. Entre as principais mudanças analisadas, destacam-se: i) alterações na composição das famílias; ii) redução do tamanho médio das famílias; e iii) maior participação dos integrantes familiares, sobretudo as mulheres, no mercado de trabalho. Analisando ainda o contexto econômico bastante desfavorável dos últimos 25 anos, a hipótese central dessas análises é que, embora, tenha aumentado expressivamente o desemprego e reduzido a renda média individual em praticamente todos os arranjos familiares, as alterações observadas na estrutura das famílias atenuaram os efeitos de deterioração da renda das famílias brasileiras. Para cumprir tais objetivos, este trabalho foi dividido em quatro partes: i) análise do contexto econômico dos últimos 25 anos, destacando as principais tendências do mercado de trabalho; ii) mudanças observadas na composição dos arranjos familiares nesse período; iii) impactos sobre a distribuição de rendimentos e redução da pobreza; iv) vulnerabilidade

à condição de pobreza. As análises foram baseadas em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 1981 e 2005.

## **1. A economia e o mercado de trabalho**

Ao longo dos últimos 25 anos, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, têm experimentado profundas transformações socioeconômicas resultantes dos processos de desregulação e liberalização da economia, com conseqüências importantes para a inclusão social dos diversos segmentos da população.

A reestruturação produtiva provocou mudanças significativas na organização do trabalho e na composição das ocupações. O trabalho assalariado diminuiu sua participação na absorção da população ativa, ampliando-se em contrapartida outras posições na ocupação. Em nome da flexibilidade, as empresas evitaram a contratação de trabalhadores por tempo indefinido recorrendo ao uso de cooperativas, autônomos e até pessoas jurídicas. A busca de flexibilidade para competir na economia mundial serviu de pretexto para pressionar pela mudança na legislação trabalhista, relaxando a regulação pública do trabalho, o que provocou, na maioria dos países latino-americanos, redução nos custos de contratação de mão-de-obra e fragilização dos direitos trabalhistas, configurando assim, uma maior precariedade e instabilidade para a força de trabalho, o que têm acarretado aos trabalhadores uma dupla insegurança: no mercado de trabalho e na situação social (CEPAL, 2000). O Brasil não ficou alheio a essas transformações.

Entre as décadas de 30 e 50, o crescimento do produto interno bruto, da ordem de 7% ao ano, modificou profundamente a economia brasileira, apesar deste progresso ter sido acompanhado de uma distribuição de renda muito desigual. Foi interrompido nos anos 80, devido ao colapso da dívida externa que prejudicou ao o financiamento da economia brasileira, repercutindo desfavoravelmente no mercado de trabalho. Ainda que o PIB crescesse pouco continuou um intenso aumento do número de pessoas ocupadas, devido à preservação do emprego nas grandes empresas e ao forte crescimento do emprego no setor público e nas pequenas empresas do setor privado. Mas, a composição setorial do emprego começou a se modificar, diminuindo a participação do setor secundário, principalmente da indústria de transformação e construção civil e aumentando a dos setores de comércio e prestação de serviços,

especialmente atividades sociais, administração pública, serviços auxiliares da atividade econômica, alojamento e alimentação, reparação e manutenção, serviços pessoais, domésticos e domiciliares (Baltar e Leone, 2006).

O menor ritmo de crescimento do PIB que o do número de pessoas ocupadas significou uma forte redução do PIB por pessoa ocupada, revertendo tendência anterior. A PEA continuou crescendo intensamente, refletindo o aumento do número de pessoas com trabalho remunerado no interior das famílias. A ampliação da PEA continuou sendo absorvida pela geração de ocupações, mas o rendimento médio das pessoas diminuiu, acompanhando a nova tendência de redução do PIB por ocupado. Já a renda familiar per capita se manteve, através do aumento do número de pessoas com trabalho remunerado (Baltar e Leone, 2006).

Nos anos 90, o crescimento do PIB continuou lento e diminuiu o ritmo de crescimento do número de pessoas ocupadas, como consequência da destruição de empregos causados pela racionalização na produção de bens, estimulada pela liberalização das importações, em um contexto de forte entrada de capital estrangeiro que afetou a taxa de câmbio. A entrada de capital cobriu enormes déficits na conta corrente do balanço de pagamentos, viabilizando o aumento das importações a um preço do dólar muito baixo (Carneiro, 2002). Essas importações inviabilizaram a continuidade de uma série de linhas de produção e reforçaram a modernização de várias outras. A racionalização da produção também envolveu a terceirização de atividades das grandes empresas com deslocamento de empregos para empresas menores e até a geração de oportunidades de trabalho por conta própria, seja no mesmo setor de atividade ou em setores diferentes, como no caso da subcontratação de serviços de apoio a empresas especializadas. Essa redução do emprego nas grandes empresas aconteceu em vários setores, mas foi particularmente marcante na indústria de transformação, na construção civil, nos serviços de utilidade pública, nas finanças e nos transportes e afetou principalmente as empresas estatais que foram privatizadas.

A modesta geração de empregos ficou por conta do comércio, dos serviços auxiliares da atividade econômica, nas redes de educação e saúde, nos serviços de alojamento e alimentação, entretenimento, limpeza e segurança. Aumentou também intensamente o emprego no serviço doméstico remunerado e o trabalho por conta própria no comércio, na construção civil, nos serviços auxiliares da atividade econômica e na prestação de serviços pessoais e domiciliares. Reduziu-se o crescimento da

ocupação total vis-à-vis o também modesto crescimento do PIB, deteriorando significativamente a situação do mercado de trabalho.

A insuficiente ampliação do mercado de trabalho manifestou-se na crescente dificuldade de entrada do jovem e no aumento do desemprego da população adulta, que afetou principalmente as mulheres (Lavinias, 2000).

Em síntese, a globalização e o neoliberalismo que vêm se impondo no Brasil desde o início da década de 90, com a abertura da economia, a privatização de empresas estatais e a redução do papel do Estado no desenvolvimento do país teve efeitos perversos sobre o mercado de trabalho, provocando intenso aumento do desemprego e redução no ritmo de crescimento das ocupações não agrícolas fazendo cair, ao mesmo tempo, a proporção de empregados contratados em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou com o Estatuto dos Servidores Públicos (Baltar, 2003). Cresceu muito o emprego sem carteira de trabalho, o trabalho por conta própria, o trabalho no serviço doméstico remunerado, o trabalho sem remuneração de estagiários e de ajudantes da família do trabalhador por conta própria, além do próprio número de pequenos empregadores (Leone e Baltar, 2005).

O emprego nas grandes empresas - que assegurava o cumprimento das leis que fixam os direitos dos trabalhadores - diminuiu e emergiu um conjunto de negócios autônomos, unidos por práticas comerciais e sistemas de informações em substituição a contratos de trabalho (Guimarães, 2007). A subcontratação de terceiros pelas grandes empresas aumentou intensamente, proliferaram formas mais precárias de contratação de empregados (principalmente nas empresas de menor tamanho), a jornada de trabalho passou a ser modulada e a remuneração ficou sujeita ao resultado da empresa (Baltar e Leone, 2006; Krein, 2007). Essas mudanças tiveram graves implicações para os trabalhadores e suas famílias e as conseqüências mais evidentes foram a precarização dos vínculos contratuais, a instabilidade no emprego e a queda nos rendimentos provenientes do trabalho.

## **2. Mudanças no tamanho e na composição dos arranjos familiares**

A família é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas um série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde e consumo em geral, bem como à participação na atividade econômica de seus membros; principal fonte de renda para a grande maioria das

famílias. As possibilidades dos diferentes membros contribuir para a renda familiar variam, dependendo, de um lado, da estruturação da vida de suas famílias e de suas obrigações e responsabilidades nos afazeres domésticos e, de outro, da conformação do mercado de trabalho que define as oportunidades dos indivíduos em função de suas características de sexo, idade, escolaridade e posição na hierarquia da família (Leone, 2000).

Assim, para analisar as mudanças no tamanho e na composição dos arranjos familiares, utilizou-se o conceito de família da PNAD dado pelo “[...] conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que more na mesma unidade domiciliar; ou pessoa que more só em uma unidade domiciliar” (IBGE 1995, 88). Foram excluídos das famílias os pensionistas e os empregados domésticos, considerando-se os seguintes sete arranjos familiares: família unipessoal masculina (homem que vive só); família unipessoal feminina (mulher que vive só); casal sem filhos; casal com filhos; mãe com filhos; pai com filhos e família ampliada e/ou composta (conjunto de duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco e/ou conjunto de duas ou mais pessoas que apresenta em sua composição pelo menos um integrante sem parentesco com a pessoa de referência da família).

A queda da fecundidade que ocorreu em todos os países de América Latina, com algumas especificidades em função da etapa de transição demográfica (queda da mortalidade, queda da fecundidade e aumento da esperança de vida) em que se encontravam os diferentes países quando ocorreu essa redução, provocou queda no tamanho das famílias. Ou seja, quanto mais avançada a transição demográfica, menor é o tamanho das famílias. A redução da fecundidade foi inicialmente maior nas áreas urbanas que nas rurais e entre as mulheres com níveis socioeconômicos e educacionais mais elevados (Arriagada, 2006).

No Brasil, em particular, tem-se observado uma diminuição sustentada da fecundidade nos estratos socioeconômicos médios e altos urbanos e um decréscimo recente notável da fecundidade do estrato de menor nível socioeconômico. O nível de fecundidade do país que em 1960 era de 5,8 filhos por mulher reduziu-se para 2,3 filhos em 2000. O Brasil faz parte do grupo de países de América Latina com fecundidade relativamente baixa (menos de 2,4 filhos por mulher) juntamente com Uruguai, Chile, Costa Rica, Argentina e México, além de Cuba que tem a taxa de fecundidade mais baixa da região (1,6 filhos). (CEPAL, 2005).



A manifestação mais evidente do declínio da fecundidade foi a redução no tamanho das famílias. No Brasil, essa redução foi de 4,3 para 3,2 pessoas entre 1981 e 2005 e aconteceu com um aumento muito intenso do número de famílias que mais do que duplicou nesse período, passando de 27,4 milhões para 56,5 milhões<sup>1</sup>. A redução no tamanho das famílias ocorreu em todos os tipos de família com presença de filhos, sendo mais acentuada no de casal com filhos (Tabela 1). Nesse fenômeno contribuiu também o próprio envelhecimento da população que modifica a composição das diversas etapas do ciclo de vida familiar: início da família (nascimento dos filhos), consolidação (deixam de nascer filhos) e saída dos filhos (os filhos deixam o lar).

**Tabela 1**

**Distribuição e tamanho das famílias segundo arranjos familiares - Brasil<sup>1</sup> 1981 e 2005.**

Arranjos Familiares	1981		Tamanho Médio	2005		Tamanho Médio
	Famílias	%		Famílias	%	
Unipessoal Masculino	797.815	2,9	1,0	2.916.552	5,2	1,0
Unipessoal Feminino	824.761	3,0	1,0	2.976.273	5,3	1,0
Casal sem filhos	2.788.799	10,2	2,0	7.562.880	13,4	2,0
Casal com filhos	15.527.450	56,7	5,0	25.618.367	45,3	4,0
Mãe com filhos	2.584.820	9,4	3,4	8.537.041	15,1	2,7
Pai com filhos	404.341	1,5	3,4	1.038.727	1,8	2,6
Ampliada/Composta	4.466.189	16,3	4,8	7.870.642	13,9	3,9
Total	27.394.176	100,0	4,3	56.520.482	100,0	3,2

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>1</sup> Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Associadas à queda da fecundidade, observam-se significativas mudanças na distribuição dos tipos de família. As principais mudanças na composição dos arranjos familiares foram: aumento na proporção de famílias do tipo unipessoal (masculina e feminina), casal sem filhos, mãe com filhos e redução da proporção de famílias de casal com filhos e ampliada/composta. O tipo de família constituído pelo casal com filhos, embora ainda predominante, deixou de ser mais da metade do número de famílias. Já o tipo de família constituído pelo casal sem filhos, que ocupava a segunda posição em importância em 1981, perdeu seu lugar para as famílias constituídas pela mãe com filhos, que foi a configuração familiar que mais aumentou no período, passando de 9,4% em 1981 para 15,1% em 2005 (um aumento de quase seis pontos percentuais). Cabe ainda salientar que o aumento observado no número de mães com filhos não se

<sup>1</sup> O número de pessoas variou proporcionalmente bem menos que o das famílias (117,2 milhões para 178,0 milhões).

verifica com a mesma intensidade no arranjo de pais com filhos e que a proporção de mãe com filhos é quase oito vezes superior à proporção de pai com filhos.

### 3. Arranjos familiares e pobreza

Como mencionado, a queda da fecundidade ocorreu inicialmente nas camadas da população com melhor nível socioeconômico. Nos últimos anos, entretanto, no Brasil, têm-se reduzido intensamente as taxas de fecundidade das mulheres mais pobres e menos escolarizadas (Berquô e Cavenaghi, 2006). Considerando cinco estratos sociais, CEPAL (2005) constata que entre 1991 e 2000 a taxa de fecundidade variou de 4,3 para 3,5 filhos por mulher no estrato inferior, de 3,0 para 2,6 no segundo, de 2,7 para 2,4 no terceiro, de 2,2 para 1,9 no quarto e no estrato superior de 2,1 para 1,7 filhos por mulher. Em termos absolutos a redução da fecundidade no estrato inferior (0,8 filhos por mulher) foi o dobro da redução observada nos outros quatro estratos (0,3 e 0,4 filhos por mulher).

Neste estudo, na análise das famílias conforme a condição de pobreza utilizou-se uma linha de pobreza que foi estipulada em R\$ 150, correspondente a ½ salário mínimo de 2005<sup>2</sup>. Pode-se observar que as famílias consideradas pobres apresentam tamanho médio familiar bem maior que as famílias consideradas não-pobres (Tabela 2). Assim, apesar do maior declínio da fecundidade nos estratos socioeconômicos inferiores, as diferenças de fecundidade entre famílias pobres e não-pobres ainda são muito grandes e repercutem no tamanho das famílias.

**Tabela 2**  
Distribuição e tamanho das famílias pobres e não pobres e proporção de pobres segundo arranjos familiares - Brasil<sup>1</sup> 2005

Arranjos Familiares	POBRES		NAO POBRES		%
	%	Tamanho Médio	%	Tamanho Médio	
Unipessoal Masculino	1,7	1,0	6,3	1,0	8,1
Unipessoal Feminino	0,9	1,0	6,7	1,0	4,4
Casal sem filhos	4,3	2,0	16,4	2,0	8,0
Casal com filhos	56,7	4,6	41,6	3,8	31,2
Mãe com filhos	22,1	3,0	12,8	2,5	36,5
Pai com filhos	1,7	3,0	1,9	2,5	23,2
Ampliada/Composta	12,6	4,7	14,3	3,6	22,7
Total	100,0	4,0	100,0	2,9	25,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>2</sup> Ver Excluídos e Respostas dos Estados (2006) em Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

As maiores diferenças de tamanho entre famílias pobres e não-pobres ocorrem nos arranjos familiares casal com filhos e família ampliada/composta. A comparação da distribuições das famílias segundo os arranjos familiares entre os pobres não-pobres permite destacar a maior frequência entre as famílias pobres dos arranjos casal e mãe com filhos, enquanto entre as famílias não-pobres destaca-se a relativamente maior presença dos arranjos unipessoal masculino e feminino e casal sem filhos. Esses três últimos arranjos são os que têm menor incidência de pobreza enquanto que mãe com filhos e casal com filhos são arranjos com maior incidência de pobreza. A redução da frequência do casal com filhos e o aumento da frequência dos arranjos unipessoais e casal sem filhos, entre 1981 e 2005, contribuíram para reduzir a pobreza, mas o aumento da frequência do arranjo mãe com filho teve efeito contrário, de aumento da incidência da pobreza, já que neste último arranjo familiar é onde se verifica a maior proporção de famílias pobres.

As transformações que ocorreram no mercado de trabalho principalmente na década de 90 repercutiram na condição de atividade dos membros no interior das famílias. O desemprego que foi intenso na década de 90 contribuiu para tornar as famílias mais vulneráveis à pobreza. No enfrentamento do desemprego por parte dos componentes da família a estratégia mais frequente foi o aumento da participação da cônjuge entre os ocupados. A taxa de ocupação que reflete a participação e o desemprego de forma conjunta teve uma redução de 3,6 pontos percentuais entre as famílias pobres refletindo principalmente o intenso aumento do desemprego e ocorreu apesar do aumento da participação da mulher <sup>3</sup>. Entre as famílias não-pobres houve, ao contrário das famílias pobres, aumento da taxa de ocupação, refletindo principalmente o intenso aumento de participação das mulheres no mercado de trabalho<sup>4</sup> (Tabela 3). Assim, as famílias pobres foram bem mais afetadas pelo desemprego que as não-pobres.

---

<sup>3</sup> Entre as famílias pobres o desemprego global aumentou de 6,2% para 21,5% e a participação feminina de 27,9% para 42,1%. A taxa de participação masculina caiu de 72,3% para 68,5%.

<sup>4</sup> Entre as famílias não-pobres a taxa de participação feminina aumentou de 35,9% para 53,6%. A masculina caiu de 76,7% para 74% e o desemprego global aumentou de 5% para 8,7%

**Tabela 3**Taxas de ocupação segundo arranjos familiares e situação de pobreza - Brasil <sup>1</sup> 1981 e 2005.

Arranjos Familiares	POBRES				NAO POBRES			
	Ocupação		Variação absoluta		Ocupação		Variação absoluta	
	1981	2005	Desemp	Part. Fem.	1981	2005	Desemp	Part. Fem.
Unipessoal Masculino	80,0	41,2	33,7	-	74,9	75,4	1,1	-
Unipessoal Feminino	54,9	35,2	36,4	1,6	37,2	39,2	2,8	3,1
Casal sem filhos	34,7	45,2	25,2	27,7	54,2	58,2	3,7	19,5
Casal com filhos	48,7	46,3	12,1	12,5	53,6	60,7	3,7	22,8
Mãe com filhos	44,7	34,0	22,3	7,4	57,6	56,4	4,4	7,5
Pai com filhos	46,8	42,0	15,7	0,5	60,3	58,5	4,5	8,6
Ampliada/Composta	40,5	37,8	15,8	13,7	50,8	51,3	4,3	10,4
Total	46,5	42,9	15,3	14,2	53,5	58,0	3,7	17,7

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>1</sup> Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Taxa de Ocupação: Ocupados/PIA \* 100 = (1-Taxa desemp.)xTaxa particip.

Taxa de Desemprego: Desempregados/PEA \* 100

Taxa de Participação: PEA/PIA \*100

Entre as famílias pobres só não houve redução na taxa de ocupação no arranjo casal sem filhos. Este arranjo foi o que teve maior aumento do desemprego e de participação simultaneamente, refletindo a intensa incorporação da mulher cônjuge sem filhos no mercado de trabalho. O arranjo mãe com filhos também apresenta forte aumento da taxa de desemprego, mas neste caso foi acompanhado de pequeno aumento na taxa de participação. Todos os outros arranjos familiares tiveram forte aumento do desemprego, destacando-se os homens e as mulheres que vivem sós.

Entre as famílias não-pobres a situação de atividade é bem diferente. As taxas de ocupação aumentaram em todos os arranjos familiares e a variação do desemprego foi bem menor que a constatada para as famílias pobres, sendo a principal responsável pela diferença de comportamento da taxa de ocupação entre os pobres e não-pobres já que o aumento de participação feminina foi semelhante nos dois tipos de famílias. Entre as famílias pobres e não-pobres as maiores taxas de desemprego se verificam no arranjo casal com filhos, refletindo a participação do trabalho da cônjuge com filho.

É importante ressaltar os aumentos nas taxas de desemprego das famílias pobres em todos os tipos de arranjos familiares, refletindo a estreiteza do mercado de trabalho que impõe uma maior seletividade prejudicando as famílias com menor nível socioeconômico.

A renda do trabalho dos homens pesa menos na renda total das famílias situadas acima da linha de pobreza, devido tanto ao maior peso da renda do trabalho das mulheres quanto ao das outras fontes de renda. Não somente a renda do trabalho das mulheres e o nível das outras fontes de renda são maiores tratando-se de famílias não-

pobres mas também entre essas famílias é mais freqüente o trabalho remunerado das mulheres e a presença de outras fontes de renda. Além disso, o peso da renda do trabalho dos homens diminuiu entre 1981 e 2005, entre famílias pobres e não-pobres tendo aumentado tanto a participação da renda das mulheres como as outras fontes de renda (Tabela 4).

**Tabela 4**  
Participação da renda do trabalho (todos os trabalhos) sobre a renda familiar (todas as fontes) segundo condição de pobreza, sexo e arranjos familiares - Brasil <sup>1</sup> 1981 e 2005.

Arranjos Familiares	POBRES				NÃO POBRES			
	1981		2005		1981		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Unipessoal Masculino	83,8	-	65,9	-	78,3	-	75,0	-
Unipessoal Feminino	-	52,4	-	53,0	-	49,8	-	40,9
Casal sem filhos	48,7	4,2	63,9	12,0	62,4	13,2	47,5	19,4
Casal com filhos	85,6	8,3	72,7	13,3	77,6	12,6	63,0	23,2
Mãe com filhos	22,2	46,3	10,0	53,1	31,4	42,9	19,4	45,8
Pai com filhos	75,4	5,3	75,1	4,4	66,2	11,9	66,6	7,3
Ampliada/Composta	60,0	14,9	40,4	19,7	61,3	19,9	40,5	25,0
Total	75,4	12,2	58,9	19,4	69,1	15,9	51,3	24,5

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>1</sup> Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

#### 4. Vulnerabilidade à condição de pobreza

A vulnerabilidade à condição de pobreza será analisada através da relação entre a probabilidade de uma família situar-se na condição de pobreza e diversas variáveis que refletem as características das famílias e seus membros. Com esse objetivo será utilizado um modelo logíte.

O modelo logíte se baseia na função de probabilidade logística acumulada e é especificado por (Pindyck & Rubinfeld, 2004):

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki})}} \quad (1)$$

Onde  $P_i$  a probabilidade da  $i$ -ésima família situar-se na condição de pobreza e  $x_{hi}$ , com  $h=1, \dots, k$ , são as  $k$  variáveis observáveis consideradas. Fazendo-se as devidas transformações, o modelo (1) pode também ser expresso pela seguinte relação linear:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \alpha + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (2)$$

A variável dependente do modelo (2) é o logaritmo natural da *razão de chances* de pertencer à condição de pobreza, ou seja, da razão entre a probabilidade da família ser pobre em relação à de não ser pobre. Tal razão, também chamada de *odds ratio*, expressa quantas vezes a chance de ser pobre é maior que a chance da família não ser pobre. O coeficiente  $\beta_h$  representa, dessa forma, a variação no logaritmo da razão de chances em virtude de uma variação unitária de  $X_h$ . Para obter a relação direta entre a variação de  $X_h$  e a variação no *odds ratio* deve-se calcular o antilogaritmo de  $\beta_h$ , ou seja, calcular  $e^{\beta_h}$ .

Além das características estruturais da família (tipo de família, participação da mulher na atividade e no rendimento familiar), foram também utilizados fatores sócio-demográficos relevantes na condição de vulnerabilidade das famílias como variáveis de controle (Hoffmann, 2001; Hoffmann, 2006).

Ao total, consideraram-se 21 variáveis explanatórias, descritas a seguir.

- a) cinco variáveis binárias para distinguir seis regiões: Nordeste (tomada como base), Norte (exceto Tocantins), Sudeste excluindo o Estado de São Paulo, Sul e Centro-Oeste (incluindo Tocantins);
- b) uma variável binária que assume o valor 1 quando o domicílio é rural e zero quando é urbano;
- c) oito variáveis binárias para distinguir nove arranjos familiares: unipessoal masculina, unipessoal feminina, casal sem filhos (tomada como base), casal com filhos menores de 14 anos, casal com filhos com pelo menos um filho maior de 14 anos, mãe com filhos menores de 14 anos, mãe com filhos com pelo menos um filho maior de 14 anos, ampliadas/compostas, mãe com filhos;
- d) anos de estudo da pessoa de referência (de 0 a 15);
- e) uma variável binária que assume o valor 1 quando a pessoa de referência da família tem mais de 64 anos de idade e zero se tem menos de 64 anos;
- f) uma variável binária que assume o valor 1 quando a pessoa de referência é mulher e zero se não é;
- g) duas variáveis binárias para distinguir três tipos de condição de atividade da pessoa de referência: inativo (tomado como base), ocupado e desempregado;

- h) uma variável binária que assume o valor 1 se há pelo menos uma mulher ocupada na família e zero se não há mulher ocupada na família;
- i) % da renda da mulher na renda familiar total.

O Estado de Tocantins na Região Centro-Oeste foi incorporado à Região Centro-Oeste para viabilizar a comparabilidade das informações dos anos de 1981 e 2005 e o Estado de São Paulo foi analisado separadamente para considerar seu singular dinamismo socioeconômico na região Sudeste. A região Nordeste foi utilizada como base de referência para a análise da variável *Região*, ou seja, os coeficientes associados às categorias dessa variável irão expressar uma menor ou maior variação da razão de chances da família pertencer à condição de pobreza em relação às famílias da Região Nordeste. Para a variável *Arranjo Familiar*, adotou-se como base a categoria *Casal sem Filhos* e, para a variável *Condição de Atividade da Pessoa de Referência*, a categoria *Inativo*. A estimativa dos coeficientes do modelo logite, ajustados pelo método de máxima verossimilhança, são apresentados na Tabela 5.

As relações mais extremas com a condição de pobreza das famílias são observadas nas famílias com filhos menores de 14 anos. Em 2005, por exemplo, a razão de chances de um casal com filhos menores de 14 anos pertencer à condição de pobreza era 14 vezes superior à do arranjo casal sem filhos, independente dos demais fatores socioeconômicos. Em situação mais vulnerável estavam as mães com filhos menores de 14 anos, que apresentavam uma razão de chances 17 vezes superior à dos casais sem filhos em 2005.

Entre 1981 e 2005, o arranjo casal com filhos apresentou a maior redução da razão de chances de pobreza, tendo em vista que aumentou a *odds ratio* de todos os demais arranjos. Em outras palavras, diminuiu a diferença em relação aos arranjos com menor participação de pobres (unipessoal masculino e feminino) e aumentou em relação aos arranjos com maior participação de pobres (casal com filhos, mãe com filhos, pai com filhos e ampliada/composta).

**Tabela 5**

Estimativas dos coeficientes do modelo lógite para a probabilidade da família pertencer à condição de pobreza. Brasil 1981 e 2005 <sup>(1)</sup>.

Variável	1981			2005					
		P	odds ratio		P	odds ratio			
Constante	-0,119	0,042	0,5%	-	-0,751	0,047	***	-	
Região:									
	Norte (excl.Tocantins)	-0,319	0,033	***	0,727	-0,345	0,029	***	0,708
	Sudeste (excluído São Paulo)	-0,793	0,023	***	0,453	-1,054	0,025	***	0,349
	São Paulo	-1,802	0,031	***	0,165	-1,559	0,034	***	0,210
	Sudeste (excluído São Paulo)	-1,129	0,025	***	0,323	-1,418	0,028	***	0,242
	Centro-Oeste (incluído Tocantins)	-0,749	0,027	***	0,473	-0,991	0,028	***	0,371
Área Rural		1,119	0,020	***	3,060	0,723	0,024	***	2,061
Arranjo Familiar									
	Unipessoal Masculino	-2,233	0,105	***	0,107	-0,765	0,074	***	0,465
	Unipessoal Feminino	-1,575	0,090	***	0,207	-0,729	0,095	***	0,482
	Casal com Filhos < 14	1,699	0,037	***	5,470	2,668	0,042	***	14,407
	Casal com Filhos ≥ 14	1,237	0,037	***	3,445	1,827	0,042	***	6,213
	Mãe com Filhos < 14	2,064	0,072	***	7,876	2,810	0,059	***	16,603
	Mãe com Filhos ≥ 14	0,679	0,060	***	1,971	1,599	0,054	***	4,948
	Pai com Filhos	0,518	0,072	***	1,679	1,112	0,072	***	3,041
	Extendida/Composta	0,989	0,040	***	2,687	1,694	0,045	***	5,443
Anos Estudo Pessoa Referência		-0,323	0,003	***	0,724	-0,208	0,002	***	0,812
Pessoa Referência > 64		-0,419	0,030	***	0,658	-1,974	0,038	***	0,139
Pessoa Referência Mulher		-0,140	0,049	0,4%	0,869	-0,508	0,034	***	0,602
Cond Atividade									
	Ocupado	-0,248	0,026	***	0,780	0,017	0,026	50,7%	1,017
	Desocupado	1,621	0,070	***	5,060	1,831	0,046	***	6,241
Mulher Integrante Ocupada		-0,656	0,022	***	0,519	-1,137	0,022	***	0,321
Razão Dependência Renda Mulher		0,537	0,044	***	1,711	0,494	0,037	***	1,639

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>1</sup> Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Famílias que têm um idoso (65 anos ou mais) como pessoa de referência, apresentavam, em 2005, apenas 14% das chances de pertencer à condição de pobreza em relação às demais famílias. Como essa relação era de 66% em 1981, pode-se ainda afirmar que, independentemente dos demais atributos sócio-demográficos, aumentou significativamente a importância da presença de um idoso como pessoa de referência na condição de não pobreza da família, provavelmente associado aos ganhos de aposentadorias e pensões.

Em arranjos do mesmo tipo familiar, a liderança feminina contribuiu positivamente para a redução da pobreza, e essa liderança ganhou relevância entre 1981 e 2005. Em 1981, famílias lideradas por uma mulher apresentavam 87% das chances de



pertencerem à condição de pobreza em relação a famílias de semelhante arranjo e demais atributos sócio-demográficos, tendo essa relação caído para 60%, em 2005.

Também aumentou a importância da mulher integrante (não pessoa de referência) ocupada na condição de não pobreza da família brasileira. Famílias que possuem uma integrante ocupada apresentavam, em 1981, 52% das chances de pertencer à condição de pobreza em comparação com as demais famílias e, em 2005, essa relação caiu para 32%.

Por outro lado, a ocupação da pessoa de referência da família perdeu relevância em relação às famílias lideradas por um inativo. Em 1981, a pobreza era mais frequente em famílias lideradas por inativos em comparação às famílias lideradas por ocupados (relação entre as razões de chances de 78%). Em 2005, a diferença entre esses dois tipos de famílias passou a ser insignificante. Por outro lado, aumentou a diferença entre as razões de chances das famílias lideradas por um desempregado e as famílias lideradas por um inativo: em 1981 era 5 vezes superior e, em 2005, 6,2 vezes superior.

Há ainda uma relação positiva entre a dependência do rendimento feminino e a condição de pobreza das famílias, ou seja, as famílias mais pobres são aquelas que mais dependem do rendimento das mulheres. Em média, um acréscimo de 1% na razão de dependência do rendimento feminino irá aumentar em 0,6% as chances de uma famílias pertencer à condição de pobreza.

A partir da equação do modelo logite (1) é ainda possível estimar a probabilidade de uma família pertencer à condição de pobreza. Considerando como referência, por exemplo, valores nulos para todas as variáveis explanatórias do modelo em 2005, ou seja, uma família da região nordeste, residente na área urbana, do tipo casal sem filhos, com pessoa de referência sem escolaridade, com menos de 65 anos, do sexo masculino, inativo, com 100% da renda proveniente do trabalho masculino e sem participação da mulher no mercado de trabalho, ter-se-ia uma probabilidade equivalente a 32% de pertencer à condição de pobreza.

Caso a família resida no Estado de São Paulo, a probabilidade de pertencer à condição de pobreza cairia de 32% para 25%; subiria de 32% para 49% se residisse na área rural; subiria de 32% para 89% se fosse do tipo mãe com filhos menores de 14 anos; cairia de 32% para 2% se a pessoa de referência tivesse nível superior completo (15 anos de estudos); de 32% para 6% se pessoa de referência fosse idoso com 65 anos

ou mais; de 32% para 22% se pessoa de referência fosse do sexo feminino; subiria de 32% para 75% se pessoa de referência estivesse desocupada; cairia de 32% para 13% se houvesse mulher ocupada; e subiria de 32% para 44% se toda a renda feminina representasse 100% da renda familiar.

## **Conclusões**

A manifestação mais evidente do declínio da fecundidade foi a redução no tamanho médio das famílias que ocorreu em todos os tipos de família com presença de filhos, sendo mais acentuada no de casal com filhos. A queda da fecundidade repercutiu na distribuição das famílias conforme os arranjos familiares ampliando-se as famílias unipessoais, casal sem filhos, mãe com filhos e redução dos arranjos casal com filhos e famílias ampliada/composta.

A redução da fecundidade no Brasil vem ocorrendo de forma sustentada nos estratos socioeconômicos médios e altos e de forma mais intensa nos estrato de menor nível socioeconômico. Mas ainda assim continuam elevadas as diferenças de fecundidade entre as famílias pobres e não-pobres, o que se reflete em diferenças de tamanho. As maiores diferenças de tamanho entre famílias pobres e não-pobres ocorrem nos arranjos de casal com filhos e família ampliada/composta. Por outro lado, destaca-se entre os pobres os arranjos casal e mãe com filhos e entre os não-pobres a maior frequência das famílias unipessoais e casal sem filhos indicando uma etapa mais avançada entre os não-pobres da queda da fecundidade.

A redução no tamanho das famílias num contexto econômico desfavorável para a sociedade incentivou a incorporação da mulher no mercado de trabalho. Mas entre as famílias pobres as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho foram maiores que as das famílias não-pobres atingindo fortemente as mulheres pobres. Os maiores aumentos nas taxas de desemprego ocorreram entre as famílias pobres e em todos os tipos de arranjo familiar refletindo a maior seletividade do mercado de trabalho que favorece os membros de famílias não-pobres.

A renda do trabalho das mulheres e o nível das outras fontes de renda são maiores entre as famílias não-pobres bem como entre essas famílias não-pobres é mais freqüente o trabalho remunerado das mulheres e a presença de outras fontes de renda. Por ambas razões, o peso da renda do trabalho dos homens na renda familiar é menor

nas famílias consideradas pobres, expressando a importância do trabalho da mulher e de outras fontes de renda para evitar que a família se situe abaixo da linha de pobreza.

As famílias que não conseguem evitar ficar aquém da linha de pobreza têm situações específicas que dificultam o trabalho das mulheres. Um dessas situações é a presença de filhos menores que provoca uma elevada probabilidade da família ser pobre. Essa chance de ser pobre é ainda maior caso o arranjo familiar for mãe com filhos menores.

A queda da fecundidade reduz a frequência de filhos menores, diminuindo a chance de pobreza, especialmente nos arranjos familiares com filhos, por aumentar a facilidade das mulheres trabalharem por remuneração, especialmente entre as cônjuges. No outro extremo das idades, tem aumentado, com a redução da fecundidade, a frequência de membros idosos. Isto pode chegar a significar dificuldades para o trabalho remunerado de quem tornar-se responsável pelos cuidados do idoso, especialmente se o país não tiver infra-estrutura pública para esses cuidados, mas por enquanto, o aperfeiçoamento das transferências de renda para os idosos, depois da constituição de 1988 diminuiu fortemente as chances de pobreza absoluta das famílias com membros idosos.

## **Bibliografia**

ARRIAGADA, I. Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas. In: DOMINGUES e MANEIRO (Orgs.) América Latina hoje. Conceitos e Interpretações. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

BALTAR, P; LEONE, E. Contradições das relações de trabalho sob a influência neoliberal no Brasil. Trabalho apresentado no *Primer Colóquio de Economía Política y Pensamiento Crítico*, realizado em Santiago do Chile, de 9 a 11 de Novembro de 2006.

BERQUÔ, E; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio. Breve nota sobre a redução do número de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, Março, 2006.

CARNEIRO, R. 2002. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp.

CEPAL, Panorama Social de América Latina 1999-2000. Santiago de Chile, 2000.

CEPAL, Panorama Social de América Latina, 2005

CORSEUIL, C. H. e FOGUEL, M. N. 2002. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão 897.

GUIMARÃES, G. As companhias mudaram e a lógica do emprego também. Rumo Certo. *Valor*, D6, segunda feira, 21 de maio de 2007.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e pobreza na região metropolitana de Recife. Relatório de Pesquisa. *Cities Alliance (BIRD/IPEA/FIDEM)*; Recife Metropolitan Region CDS, 2001.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil. In: *XIV Congresso Latino-Americano de Nutrição*, 12 a 16 de nov. de 2006, Florianópolis. SLAN (Soc. Latino-Americana de Nutrição), 2006.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. (2006), Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional, *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1 (26).

IBGE. 1995. *Manual de entrevista da pesquisa básica da PNAD de 1995*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

KREIN, J. D. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil 1990 – 2005. Tese de doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2007.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG. São Paulo: editora 34, 2000.

LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90, en: Rocha, M.I.B. (Coord.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG, São Paulo: editora 34, 2000.

LEONE, E.; BALTAR, P. Ocupação e Rendimento dos Trabalhadores nas Metrôpoles do Brasil: uma análise de Gênero em 1992 e 2002. In: *V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos*, Outubro 2005, Cidade de México, 2005.

LEONE, E.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. (2007), Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. *II Congresso de Economia Feminista*, Maio 2007, Zaragoza.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População* 23 (2). São Paulo: Rebec, 2006.

PINDYCK, R. S.; RUBINFEL, D. L. *Econometria*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

POCHMANN, M. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Campinas, Cesis/IE/Unicamp, 1998, mimeo.